


SUMÁRIO(*)

Apresentação à 6. ^a edição.....	7
Apresentação à 5. ^a edição.....	9
Apresentação à 4. ^a edição.....	11
Apresentação à 3. ^a edição.....	13
Apresentação à 2. ^a edição.....	15
Apresentação à 1. ^a edição.....	17

Capítulo I – Inquérito Policial

1. Conceito	33
2. Finalidade	33
3. Fundamento legal	33
4. Pontos relevantes	33
4.1 Perfil	33
4.2 Prazo de conclusão	34
4.3 Início e término	35
4.4 Indiciamento	35
4.5 Individualização do indiciado e identificação criminal.....	35
5. Procedimento esquemático	37
1.º Inquérito policial.....	37
6. Modelos de peças	38
1.º Auto de prisão em flagrante	39
2.º Portaria de instauração de inquérito policial	
3.º Termo circunstanciado – Lesão dolosa.....	43
4.º Termo circunstanciado – Porte de drogas para uso próprio....	45
5.º Termo de comparecimento	
6.º Requisição de representante do Ministério Público ou juiz para instauração de inquérito policial.....	47
7.º Requerimento do ofendido para instauração de inquérito policial	48
8.º Procuração <i>ad judícia</i>	
9.º Termo de representação do ofendido para ação pública con- dicionada	
10) Nota de culpa em caso de prisão em flagrante	

(*)  Conteúdo exclusivo do CD-ROM.

11) Termo de qualificação e vida pregressa	
12) Relatório da autoridade policial	
13) Representação da autoridade policial pela busca e apreensão	49
14) Representação da autoridade policial pela quebra de sigilo bancário ou fiscal	51
15) Representação da autoridade policial pela quebra de sigilo de dados telefônicos	52
16) Representação da autoridade policial pela interceptação telefônica	54
17) Representação da autoridade policial pela instauração de incidente de insanidade	
18) Decisão judicial de decretação da busca e apreensão	56
19) Decisão judicial de quebra de sigilo bancário ou fiscal	58
20) Decisão judicial de quebra de sigilo de dados telefônicos	59
21) Decisão judicial de autorização para interceptação telefônica	61

Capítulo II – Ação Penal

1. Conceito	63
2. Finalidade	63
3. Fundamento legal	63
4. Pontos relevantes	63
4.1 Perfil	63
4.2 Prazo	64
4.3 Início e término	65
5. Procedimentos esquemáticos	66
1.º Identificação de modalidade de ação	66
2.º Identificação de rito	67
3.º Comum (ordinário)	68
4.º Sumaríssimo	69
5.º Especiais – Crimes de responsabilidade de funcionário público	71
6.º Especiais – Crimes contra a propriedade imaterial (ação pública)	72
7.º Especiais – Crimes contra a propriedade imaterial (ação privada)	73
8.º Especiais – Crimes falimentares – Falências anteriores a 09.06.2005	74
9.º Especiais – Crimes falimentares – Condutas ocorridas após 09.06.2005	75
10) Especiais – Procedimento previsto na Lei de Drogas – 11.343/2006	76

11) Especiais – Procedimento para condutas alcançadas pela Lei 11.340/2006 –Violência Doméstica.....	77
12) Especiais – Resumo de teses – Falta de justa causa.....	78
13) Especiais – Resumo de teses – Nulidade processual.....	79
14) Termos para identificação do momento enfrentado na persecução penal.....	81
15) Princípios constitucionais explícitos do processo penal.....	82
16) Princípios constitucionais implícitos do processo penal.....	84
6. Modelos de peças.....	87
1.º Denúncia.....	88
2.º Queixa-crime.....	90
3.º Pedido de habilitação como assistente de acusação.....	93
4.º Pedido de habilitação como assistente de acusação para o fim de pleitear reparação civil do dano causado pela prática do crime.....	94
5.º Defesa prévia.....	96
6.º Defesa preliminar – Funcionário público.....	97
7.º Defesa preliminar – Funcionário público (modelo II)	
8.º Defesa preliminar – Competência originária	
9.º Defesa preliminar – Lei de Drogas (Lei 11.343/2006).....	99
10) Memoriais – Ministério Público.....	102
11) Memoriais – Ministério Público (modelo II)	
12) Memoriais – Defesa.....	104
13) Memoriais – Defesa (modelo II)	
14) Pedido de explicações.....	108

Capítulo III – Ação Civil *Ex Delicto*

1. Conceito.....	111
2. Finalidade.....	111
3. Fundamento legal.....	111
4. Pontos relevantes.....	111
4.1 Perfil.....	111
4.2 Excludentes de ilicitude reconhecidas na esfera criminal.....	112
4.3 Sentenças criminais absolutórias e seu reflexo no cível.....	112
5. Procedimento esquemático.....	113
1.º Ação civil <i>ex delicto</i>	113

6. Modelo de peça	114
1.º) Ação civil <i>ex delicto</i>	115
2.º) Pedido de reparação civil do dano em ação penal.....	119

Capítulo IV – Jurisdição e Competência

1. Conceitos	121
2. Competência absoluta e relativa	121
3. Regras básicas para a fixação da competência	121
4. Procedimentos esquemáticos	124
1.º) Estrutura geral do Poder Judiciário (na esfera criminal).....	124
2.º) Jurisdição e competência – Organização da Justiça Estadual	125
3.º) Jurisdição e competência – Organização da Justiça Federal.....	126
4.º) Competência originária por prerrogativa de função e matéria.....	127
5.º) Competência da Justiça Federal – art. 109 da CF	130

Capítulo V – Incidentes Processuais

1. Conceito	131
2. Questões prejudiciais	131
3. Procedimentos incidentes	132
3.1 Exceções	132
3.2 Incompatibilidades e impedimentos.....	132
3.3 Conflitos de competência	132
3.4 Restituição de coisa apreendida.....	132
3.5 Medidas assecuratórias	133
3.6 Incidente de falsidade.....	133
3.6.1 Incidente de ilicitude de prova.....	133
3.7 Incidente de insanidade mental	134
4. Procedimentos esquemáticos	135
1.º) Conflito negativo de competência	135
2.º) Conflito positivo de competência	136
3.º) Quadro resumo de conflito de competência.....	137
4.º) Restituição de coisas apreendidas	138
5.º) Incidente de insanidade mental.....	140
5. Modelos de peças	141
1.º) Questão prejudicial heterogênea.....	142
2.º) Questão prejudicial homogênea	144

3.º) Exceção de suspeição	145
⊗ 4.º) Exceção de impedimento	
5.º) Exceção de incompetência	147
6.º) Exceção de litispendência	149
⊗ 7.º) Exceção de coisa julgada	
⊗ 8.º) Exceção de ilegitimidade de parte	
9.º) Suspitação de conflito positivo de competência	152
⊗ 10) Suspitação de conflito negativo de competência	
11) Restituição de coisa apreendida	154
12) Pedido de sequestro	156
13) Pedido de sequestro de bens e valores lícitos, com base no art. 91, §§ 1.º e 2.º, do Código Penal	159
14) Pedido de especialização de hipoteca legal	161
⊗ 15) Pedido de arresto	
16) Embargos de terceiro em caso de sequestro	164
17) Embargos de terceiro de boa-fé	166
18) Embargos apresentados pelo réu	168
⊗ 19) Impugnação ao arresto	
⊗ 20) Impugnação à especialização de hipoteca legal	
21) Pedido de instauração de incidente de falsidade documental..	170
22) Pedido de instauração de incidente de ilicitude de prova	171
23) Pedido de instauração de incidente de insanidade mental pela acusação	173
⊗ 24) Portaria de instauração de incidente de insanidade mental	

Capítulo VI – Prisão e Liberdade Provisória

1. Conceitos	175
2. Regras gerais para a efetivação da prisão	175
3. Prisão preventiva	176
4. Prisão em flagrante	178
5. Prisão temporária	178
6. Prisão decorrente de pronúncia	179
7. Prisão decorrente de sentença condenatória	179
8. Prisão para condução coercitiva	180
9. Medidas cautelares alternativas	180
10. Prisão domiciliar	181

11. Regras gerais para a concessão de liberdade provisória	181
12. Procedimentos esquemáticos	183
1.º) Quadro resumo – Prisões de caráter penal.....	183
2.º) Prisões e seus remédios.....	185
13. Modelos de Peças.....	186
1.º) Representação da autoridade policial pela decretação da prisão temporária	188
2.º) Representação da autoridade policial pela decretação de medida cautelar alternativa.....	189
3.º) Representação da autoridade policial pela decretação da prisão temporária (modelo II)	
4.º) Representação da autoridade policial pela decretação da prisão preventiva	
5.º) Requerimento da acusação para a decretação de prisão preventiva	190
6.º) Requerimento da acusação para a decretação de medida cautelar alternativa	192
7.º) Decisão judicial de decretação da prisão preventiva	194
8.º) Decisão judicial de decretação de medida cautelar alternativa	196
9.º) Requerimento da defesa para a revogação da prisão preventiva...	198
10) Requerimento da defesa para a revogação da medida cautelar alternativa.....	200
11) Decisão judicial de revogação da prisão preventiva	202
12) Decisão judicial de revogação da medida cautelar alternativa .	203
13) Requerimento da defesa de revogação da prisão temporária	
14) Requerimento da acusação para a decretação de prisão temporária	
15) Decisão judicial de decretação da prisão temporária	204
16) Decisão judicial de revogação da prisão temporária	
17) Requerimento para o relaxamento da prisão em flagrante....	205
18) Decisão judicial de manutenção da prisão em flagrante e conversão em preventiva.....	207
19) Decisão judicial de relaxamento da prisão em flagrante	
20) Requerimento de concessão de liberdade provisória sem fiança, antes do oferecimento da denúncia	208
21) Requerimento de concessão de liberdade provisória sem fiança, depois do oferecimento da denúncia	210
22) Requerimento de concessão de liberdade provisória com fiança, antes do oferecimento da denúncia	212

- 23) Requerimento de concessão de liberdade provisória com fiança, depois do oferecimento da denúncia 214
- 24) Requerimento de aplicação de medida cautelar alternativa em lugar da prisão preventiva 216
- ⊗ 25) Decisão judicial de concessão de liberdade provisória sem fiança, antes da denúncia
- ⊗ 26) Decisão judicial de concessão de liberdade provisória sem fiança, depois da denúncia
- ⊗ 27) Decisão judicial de concessão de liberdade provisória com fiança, antes da denúncia
- ⊗ 28) Decisão judicial de concessão de liberdade provisória com fiança, depois da denúncia
- ⊗ 29) Decisão judicial de decretação da prisão por pronúncia
- ⊗ 30) Decisão judicial de decretação da prisão por sentença condenatória

Capítulo VII – Júri

- 1. Conceito** 219
- 2. Princípios constitucionais regentes**..... 219
- 3. Procedimento trifásico**..... 219
- 4. Possibilidades do magistrado ao término da fase de formação da culpa** 220
- 5. Pontos relevantes** 220
- 6. Fase das diligências**..... 221
- 7. Julgamento em Plenário** 221
- 8. Procedimentos esquemáticos** 223
- 1.º) 1.ª fase – formação de culpa – *judicium accusationis*..... 223
- 2.º) 2.ª fase – preparação do Plenário 224
- 3.º) 3.ª fase – juízo de mérito – *judicium causae* 225
- 9. Modelos de peças**..... 226
- 1.º) Decisão de pronúncia..... 227
- 2.º) Sentença de impronúncia 230
- 3.º) Decisão de desclassificação 233
- 4.º) Sentença de absolvição sumária 235
- 5.º) Pedido de diligências após a pronúncia (acusação) 238
- ⊗ 6.º) Pedido de diligências após a pronúncia (defesa)

7.º	Decisão do juiz de deferimento	
8.º	Decisão do juiz de indeferimento	
9.º	Quesitos – Homicídio simples	
10.º	Quesitos – Homicídio qualificado	
11.	Quesitos – Induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio.....	240
12.	Quesitos – Infanticídio	241
13.	Quesitos – Aborto praticado pela gestante	242
14.	Quesitos – Crime conexo	243
15.	Quesitos – Coautoria.....	245
16.	Quesitos – Participação.....	246
17.	Quesitos – Legítima defesa e outras teses defensivas.....	247
18.	Sentença absolutória em Plenário	
19.	Sentença condenatória em Plenário	
20.	Pedido de desaforamento	

Capítulo VIII – Sentença

1. Conceito	249
2. Outras decisões judiciais	249
3. Conteúdo da sentença.....	249
4. Correlação entre imputação e sentença	250
5. Absolvição vinculada.....	250
6. Fundamentação da sentença.....	251
7. Modelos de peças.....	252
1.º Sentença condenatória (roubo em concurso de agentes – penas variadas	253
2.º Sentença condenatória (receptação qualificada – pena mínima)	
3.º Sentença absolutória (art. 386, I, CPP)	262
4.º Sentença absolutória (art. 386, II, CPP).....	265
5.º Sentença absolutória (art. 386, III, CPP)	269
6.º Sentença absolutória (art. 386, IV, CPP)	272
7.º Sentença absolutória (art. 386, V, CPP)	274
8.º Sentença absolutória (art. 386, VI, CPP)	279
9.º Sentença absolutória (art. 386, VII, CPP)	

Capítulo IX – Recursos

1. Conceito e efeitos	283
-----------------------------	-----

2. Pressupostos de admissibilidade	283
3. Recurso em sentido estrito	284
4. Correição parcial	285
5. Agravo em execução	285
6. Apelação	286
7. Embargos de declaração	287
8. Protesto por novo júri	287
9. Carta testemunhável	288
10. Embargos infringentes e de nulidade	288
11. Recurso especial	289
12. Recurso extraordinário	289
13. Agravo de instrumento de decisão denegatória de recurso especial ou extraordinário	290
14. Recurso ordinário constitucional	291
15. Agravo regimental nos tribunais	291
16. Reclamação	292
17. Procedimentos esquemáticos	293
1.º) Esquema para identificação do recurso	293
2.º) Recurso em sentido estrito	299
3.º) Correição parcial.....	300
4.º) Agravo em execução.....	301
5.º) Apelação	302
6.º) Apelação na Lei 9.099/95	303
7.º) Embargos de declaração de sentença	304
8.º) Embargos de declaração de acórdão	305
9.º) Carta testemunhável.....	306
10) Embargos infringentes e de nulidade	307
11) Recurso especial.....	308
12) Recurso extraordinário.....	309
13) Recurso ordinário constitucional	310
14) Agravo regimental.....	311
15) Análise do art. 581 do CPP.....	312
16) Análise do art. 593 do CPP.....	313
17) Apelação de sentença do Tribunal do Júri	314

18. Modelos de peças.....	315
1.º) Petição de interposição e razões de recurso em sentido estrito em caso de pronúncia	316
2.º) Petição de interposição e contrarrazões de recurso em sentido estrito em caso de pronúncia	319
3.º) Petição de interposição e razões de apelação em caso de condenação por crime comum	322
4.º) Petição de interposição e contrarrazões de apelação em caso de condenação por crime comum	327
5.º) Petição de interposição e razões de agravo em execução.....	331
6.º) Petição de interposição e contrarrazões de agravo em execução	333
7.º) Petição de interposição e razões de correição parcial	336
8.º) Petição de interposição e contrarrazões de correição parcial ..	339
9.º) Embargos de declaração de sentença.....	342
10) Embargos de declaração de acórdão.....	344
11) Carta testemunhável e razões.....	346
12) Embargos infringentes e de nulidade	349
13) Petição de interposição e razões de recurso especial	352
14) Petição de interposição e contrarrazões de recurso especial ...	356
15) Petição de interposição e razões de recurso extraordinário	360
16) Petição de interposição e contrarrazões de recurso extraordinário	366
17) Interposição de agravo de despacho denegatório de recurso especial.....	368
18) Razões de agravo de despacho denegatório de recurso especial	369
19) Interposição de contrarrazões de agravo de despacho denegatório de recurso especial.....	372
20) Contrarrazões de agravo de despacho denegatório de recurso especial.....	373
21) Interposição de agravo de despacho denegatório de recurso extraordinário.....	375
22) Interposição de razões de agravo de despacho denegatório de recurso extraordinário.....	377
23) Interposição de contrarrazões de agravo de despacho denegatório de recurso extraordinário.....	380
24) Contrarrazões de agravo de despacho denegatório de recurso extraordinário.....	381

25) Petição e razões de agravo regimental contra decisão de relator em tribunal	383
26) Reclamação.....	386
27) Petição de interposição e razões de recurso ordinário constitucional.....	389
28) Petição de interposição e contrarrazões de recurso ordinário constitucional.....	392

Capítulo X – Ações de Impugnação

1. Conceitos e visão constitucional.....	395
2. Particularidades sobre o <i>habeas corpus</i>	396
2.1 Legitimidade ativa e legitimidade passiva	396
2.2 Extensão do <i>habeas corpus</i>	397
2.3 Processamento e competência	397
2.4 Hipóteses legais de cabimento	397
2.5 Conteúdo da petição inicial	398
2.6 Espécies de <i>habeas corpus</i>	398
3. Particularidades sobre o mandado de segurança	399
3.1 Legitimidade ativa e legitimidade passiva	399
3.2 Extensão do mandado de segurança.....	399
3.3 Processamento e competência	400
3.4 Hipóteses legais de cabimento	400
3.5 Conteúdo da petição inicial	400
3.6 Espécies de mandado de segurança	401
4. Particularidades sobre a revisão criminal	401
4.1 Legitimidade ativa e legitimidade passiva	401
4.2 Extensão da revisão criminal	401
4.3 Processamento e competência	401
4.4 Hipóteses legais de cabimento	402
4.5 Conteúdo da petição inicial	402
5. Procedimentos esquemáticos	403
1.º) Identificação da autoridade coatora.....	403
2.º) Mandado de segurança	404
3.º) Justificação	405
4.º) Revisão criminal	406
5.º) <i>Habeas Corpus</i>	407
6.º) Roteiro orientador de pedidos de <i>Habeas Corpus</i>	408
7.º) Resumo de teses do HC.....	410


6. Modelos de peças	413
1.º) <i>Habeas corpus</i> contra decisão judicial determinando a prisão do réu	415
2.º) <i>Habeas corpus</i> visando ao trancamento da ação penal	
3.º) <i>Habeas corpus</i> para impedir o indiciamento de investigado	
4.º) <i>Habeas corpus</i> para anular processo penal	
5.º) <i>Habeas corpus</i> para a soltura do réu preso por mais tempo do que determina a lei	
6.º) <i>Habeas corpus</i> para a soltura de réu quando cessados os motivos determinantes da prisão	
7.º) <i>Habeas corpus</i> – Telefone celular em presídio	
8.º) <i>Habeas corpus</i> contra decisão judicial convertendo flagrante em preventiva, com pedido subsidiário de medida cautelar alternativa	418
9.º) <i>Habeas corpus</i> contra decisão judicial negando liberdade provisória a acusado por tráfico ilícito de drogas	420
10) <i>Habeas corpus</i> contra a “espera de vaga”, na execução penal, quando deferida a progressão do regime fechado ao semiaberto pelo juiz	423
11) <i>Habeas corpus</i> contra sentença fixando regime mais benéfico do que o vigente em face da prisão cautelar, sem tomar medida em prol do réu	426
12) <i>Habeas corpus</i> contra decisão do juiz da execução penal, indeferimento a revisão da fixação do regime fechado inicial para condenado por tráfico ilícito de drogas	429
13) <i>Habeas corpus</i> contra decretação de prisão preventiva em caso de violência doméstica	431
14) <i>Habeas corpus</i> contra decisão de recebimento da denúncia, com base no art. 29 da Lei 9.605/98, ofendendo o princípio da taxatividade	
15) <i>Habeas corpus</i> contra decisão de recebimento da denúncia baseada em crime de bagatela	
16) <i>Habeas corpus</i> contra decisão de decretação da prisão temporária sem necessidade comprovada	
17) <i>Habeas corpus</i> contra decisão de decretação da prisão preventiva sem motivação adequada	
18) <i>Habeas corpus</i> contra decisão de recebimento da denúncia, após acórdão que dera provimento a recurso da acusação	

para receber a peça acusatória, buscando afastar a nulidade gerada

- 19) *Habeas corpus* contra decisão denegatória de revogação de prisão preventiva por excesso de prazo na conclusão da instrução
- 20) Mandado de segurança para impedir a quebra do sigilo bancário..... 434
- 21) Mandado de segurança para impedir a quebra do sigilo fiscal
- 22) Mandado de segurança para garantir a admissão do assistente de acusação
- 23) Mandado de segurança para impedir a soltura do réu
- 24) Mandado de segurança para liberar bens lícitos do réu, bloqueados com base no art. 91, §§ 1.º e 2.º, do Código Penal.... 437
- 25) Revisão criminal contra sentença condenatória que for contrária ao texto expresso de lei penal 439
- 26) Revisão criminal contra decisão condenatória que for contrária à evidência dos autos
- 27) Revisão criminal contra decisão condenatória que se fundar em prova falsa
- 28) Revisão criminal contra decisão condenatória em face de prova nova demonstrativa da inocência do réu
- 29) Justificação para a revisão criminal

Capítulo XI – Execução Penal

- 1. **Conceito e natureza jurídica** 443
- 2. **Individualização executória da pena** 443
- 3. **Sistema progressivo de cumprimento da pena**..... 444
- 4. **Livramento condicional** 444
- 5. **Remição** 445
- 6. **Indulto** 446
- 7. **Modelos de peças**..... 446
 - 1.º) Pedido de progressão do regime fechado para o semiaberto... 447
 - 2.º) Pedido de progressão do regime semiaberto para o aberto 449
 - 3.º) Pedido de progressão de regime – Crime hediondo 451
 - 4.º) Pedido de livramento condicional 453
 - 5.º) Pedido de remição por trabalho..... 455
 - 6.º) Pedido de remição por estudo 457

7.º) Pedido de indulto	458
8.º) Pedido de comutação (indulto parcial)	460
9.º) Pedido de incidente de desvio de execução.....	462
10) Pedido de conversão de pena em medida de segurança.....	464
11) Pedido de unificação de penas por crime continuado.....	466
 12) Pedido de unificação de penas por concurso formal	
13) Pedido de aplicação de lei penal benéfica	468
14) Pedido de aplicação de nova interpretação de lei penal benéfica, conforme decisão do STF	470
15) Decisão do juiz – Lei posterior benéfica	472
16) Pedido de reabilitação	474

Capítulo XII – Orientações gerais para a prática forense

1. Introdução	477
2. Orientações aos operadores do Direito	477
3. Orientações aos advogados e defensores públicos	481
4. Orientações aos juízes	486
5. Orientações aos membros do Ministério Público.....	488
6. Orientações aos delegados de polícia	489